

ÁGUA E LUZ NA CIDADE DA PARAHYBA: REGISTRO DA INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA E ILUMINAÇÃO - FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX¹ -

Ana Carolina Strapção Guedes Vianna²

Nirvana Lígia Albino Rafael de Sá³

A Cidade e a Modernidade

A modernidade é um conjunto de experiências e de aventuras; é um processo que vem ocorrendo a cinco séculos. E embora, muitas vezes tenha significado uma ameaça à antigas tradições, a Modernidade nesses últimos 500 anos, desenvolveu uma gama própria de tradições. Contudo, a modernidade é tanto o tempo dos mais diferentes indivíduos, quanto das mais diversificadas sociedades. Quanto mais moderno o mundo se torna, mais o homem se vê sozinho e fragilizado diante de burocráticas instituições e em meio a multidão enfurecida e perdida no caos urbano.

Ainda assim, a modernidade além de sinônimo de progresso tecnológico, também diz respeito ao ideal de civilização. A modernidade traduz a vontade ocidental de uma *civilização perfeita* caracterizada pelo pensamento racional e linear, voltada para o futuro e que despreza tudo aquilo que não pode ser provado pela ciência. Ser moderno não é um conceito, mas uma atitude, uma maneira de ser. A modernidade, que agora começa a conhecer a decadência, um dia rejeitou tudo o que lhe parecia antigo e ultrapassado e passou valorizar a ciência, a moda e a tecnologia. Isso provocou mudanças nos costumes, na cultura e nas políticas, principalmente a partir do século XIX.

BERMAN (1987), dividiu a história da Modernidade em três fases: A primeira, tem início no século XVI e vai até o século XVIII, período em que as pessoas começam a experimentar a vida moderna, no entanto não tem consciência disso. A segunda fase inicia-se com a onda revolucionária desencadeada pela Revolução Francesa, um período conturbado e violento, em que o mundo não chega a ser completamente moderno. É na terceira fase, a partir do século XX, que o processo de modernização se expande por todo o mundo e a arte e o pensamento modernos se desenvolvem espetacularmente. Entretanto, a medida que se

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático "A Cidade em Diferentes Olhares", durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006. Trabalho orientado pela Prof^a Dra. Doralice Sátyro Maia (Departamento de Geociências – UFPB). E-Mail: <dorasmaia@aol.com>.

² Graduanda em História pela Universidade Federal da Paraíba. E-Mail: <anacarolinavianna@jpa.neoline.com.br>.

³ Graduanda em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba. E-Mail: <nirvanaligia@hotmail.com>.

multiplica, essa modernidade também se fragmenta e o resultado é o mundo em que vivemos hoje, sem perspectivas.

No entanto ainda hoje, a idéia de modernidade é a de um tempo de grandes transformações, glamour, moda e de intensa vida urbana. Mas a modernidade não é só isso, antes de tudo a sociedade moderna é uma sociedade industrial e capitalista. Nos Estados Unidos e principalmente na Europa a industrialização foi o fator de maior importância no crescimento das cidades, que conseqüentemente permitiram o surgimento do que chamamos de Modernidade. Em vários outros países o crescimento das cidades e o desenvolvimento da modernidade não estiveram diretamente ligados a industrialização. Nesses países tais fatos ocorreram por influência européia e norte americana. Portanto, o crescimento das cidades e o desenvolvimento da modernidade no Brasil não ocorreram como consequência da industrialização e sim, devido a influência externa.

O processo de modernização e de desenvolvimento das cidades no Brasil está intimamente relacionado ao momento histórico em que tais processos começam a desenvolver-se. O crescimento das cidades brasileiras, no final do século XIX e início do século XX, não está somente relacionado ao crescimento populacional, mas também ao fato de as populações negras, ex-escravos, terem em grande parte transferido-se para as cidades após a assinatura da Lei Áurea e à chegada de imigrantes europeus. Se referindo agora a capital paraibana, a modernidade chega a cidade no fim do século XIX e desenvolve-se entre as décadas de 10 e 30 do século XX. A modernidade aqui vivida durante esse período equivale a segunda fase trazida por BERMAN (1987).

Pode-se dizer que muito do crescimento das cidades e do processo da modernidade no Brasil foram incentivados por países europeus. Se forem analisados os produtos consumidos pela elite brasileira do século XIX perceberemos que a moda, na época, era copiar a moda européia. Muitos queriam viver como os europeus, mas a realidade no Brasil correspondia ao mundo rural.

Sabe-se que quase não havia fábricas no Brasil imperial, portanto faltavam não só artigos considerados luxuosos, mas muitas vezes também objetos indispensáveis ao uso diário. Assim, importava-se em demasia, a maioria dos produtos consumidos pelos brasileiros durante esta época era importado. A exemplo, o *Jornal da Parahyba* de 25-7-1883 publicou a seguinte notícia na sua terceira página:

Navios chegados. – De New York deu entrada neste porto em 18 do corrente a barca inglesa “Janie”, de 255 toneladas, capitão W. J. Blyth, consignada a Santos, Gomes e Cia., manifestando 500 pranchões de pinho, 200 bolas de papel de embrulho, 12 caixões com máquinas para descaroçar algodão, 1 caixa de cutilaria, 10 caixões de água florida, 4 ditos de tônico, 1 caixa de cartas, 200 barris de banha, 800 barricas de farinha de trigo, 3.500 caixas de querosene e 200 barricas de breu.

É o 3º navio que vem consignado àquela casa comercial, que se tem mostrado interessada no desenvolvimento do nosso comércio, de quem goza o maior apoio.

De Inglaterra chegou a 19 deste mês o lugar sueco “Svea”, de 457 toneladas, capitão O. B. Borjerson, vindo de New Port. consignado a Wilson Sons & Cia. Limited, com materiais para a estrada de ferro Conde d’Eu.⁴

Esta nota publicada em 1883 dá uma noção bastante clara do que se importava durante a época imperial brasileira. Importava-se papel de embrulho, tônico, água de cheiro, envelope para cartas e até mesmo banha. Através da análise desta nota publicada pelo *Jornal da Parahyba*, pode-se concluir que não se tinha tecnologia para produzir muito do que se precisava, mas também deixava-se de produzir muitos artigos por comodismo ou quem sabe pelo fato de que se considerava mais *chique* o que se importava e não se dava valor ao que se produzia aqui mesmo. Também não se pode esquecer que o Brasil estava preso a muitos acordos comerciais com o exterior, principalmente à Inglaterra.

A indústria nacional desponta a partir da segunda metade do século XIX, quando no Brasil começam os grandes empreendimentos, que viabilizavam a instalação das indústrias, como a construção de estradas de ferro, entre as quais a Dom Pedro II que inicialmente ligava a capital do Império à cidade serrana de Petrópolis, construída pelo Barão de Mauá e inaugurada em 1854. A inauguração desta e outras ferrovias incentivou a indústria. Nas décadas seguintes registrou-se um crescimento econômico, com a ascensão da lavoura cafeeira e a fundação de empresas e indústrias, bancos, companhias de navegação e companhias de seguro, e o aparecimento e crescimento de novas camadas sociais, provenientes destas atividades. Essa classe proprietária urbana começa a diferenciar seus interesses da velha oligarquia latifundiária. As últimas décadas do século XIX foram caracterizadas por várias crises, que acabaram por enfraquecer a frágil indústria nacional que só voltará a se intensificar com as guerras mundiais, devido à dificuldade de importação de produtos manufaturados. Mesmo assim, havia uma reduzida atividade industrial baseada nas primeiras usinas de açúcar e na nascente indústria têxtil, que lentamente deixa de produzir tecidos mais rústicos para fabricar peças mais sofisticadas e delicadas, além das pequenas fábricas de artefatos rústicos e grosseiros.

O que sucedeu na Europa em relação à industrialização, só vai ocorrer no Brasil muito tempo mais tarde e não vai se dar da mesma maneira. O inchaço das cidades e as revoltas da classe trabalhadora brasileira não coincidem com os primeiros tempos da modernidade no Brasil. No caso brasileiro, a idéia de modernidade está ligada muito mais ao desejo e ideal de tornar-se moderno e civilizado, diferentemente de outros países em que esse período é sinônimo de mudanças sociais e econômicas. É nesse primórdio de modernidade que ocorreram as primeiras tentativas de transformar as pequenas localidades em grandes cidades. Escreveu BERMAN (1987): “*Catorze de dezembro de 1825 marcou a tentativa dos*

⁴ (Jornal da Parahyba, 25-7-1883).

*habitantes de algumas das casas mais ilustres de São Petersburgo de se fazerem cidadãos e de tornar seu burgo uma cidade.*⁵ (BERMAN, 1992).

São Petersburgo era uma cidade em um país subdesenvolvido que tentava acompanhar o desenvolvimento do restante da Europa modernizando-se. O mesmo ocorreu no Rio de Janeiro, que deixou de ser a capital do Império para ser a capital da nova República, embora já houvesse passado por transformações com a chegada da família real e da corte portuguesa em 1808. A partir de 1903 o Rio de Janeiro transformou-se em um canteiro de obras, passando por inúmeras reformas que se estenderam até a década de 20.

Além das reformas, a nova capital republicana passou por um processo conhecido como *Higienismo*, em que a cidade recebeu esgotos e saneamento, além da aplicação de políticas públicas, que visavam normas de construção e de higiene hospitalar e doméstica com o objetivo de melhores condições de saúde e uma maior qualidade de vida. Fez parte dessas políticas públicas a Campanha de Vacinação Obrigatória implantada por Oswaldo Cruz, no governo de Rodrigues Alves em 1904. Tal acontecimento ficou conhecido como *Revolta da Vacina*, já que a população se negava a tomar a vacina.

Enquanto no Brasil, o crescimento das cidades no início do século XX não tinha uma conexão direta com a questão industrial, o contrário ocorria nos Estados Unidos e na Europa. Antes da industrialização o mundo só havia conhecido grandes cidades na antiguidade, no entanto depois da Revolução Inglesa as cidades europeias e norte americanas cresceram extraordinariamente e com a modernidade, a maior personagem é novamente a cidade. É nela que se percebem as grandes mudanças e é nela também, onde tudo acontece. Assim, poderia sim haver heróis em meio a multidão, mas a própria multidão não deixava de ser heroína também. Desse modo, todos eram importantes para que a cidade fosse aquela cidade em particular, todos eram importantes e únicos no processo da modernidade.

Nesse poema Baudelaire não retrata só as *velhinhas* e o quanto elas são únicas em meio a multidão, mas também fala da cidade como entidade viva e soberana. As *velhinhas* são o grande exemplo de que na cidade existe vida, e ainda que se existem grandeza e beleza, há também fragilidade.

É nessa época também, que as mulheres passam a ter maior destaque na família e na sociedade, começam a ganhar espaço no mundo do trabalho, nas ruas e cidades, é na modernidade que a mulher começa a se tornar independente.

A cidade moderna sofreu consideráveis mudanças, tanto no que diz respeito a sua forma física, quanto no que se refere ao cotidiano e ao número de pessoas que nela habitava. No Brasil do século XIX, essas mudanças foram sentidas menos bruscamente que na Europa e

⁵ (BERMAN, 1987).

nos Estados Unidos, mas não deixaram de ser significativas, já que as cidades perderam um pouco da sua fisionomia colonial. No entanto, mesmo com a modernidade em andamento, ainda era muito comum ver escravos nas ruas e sentir os velhos costumes patriarcais no cotidiano das famílias, mesmo que urbanas e melhor abastadas.

Como já foi dito, na Europa o processo de modernização provocou rápidas mudanças, não só no que diz respeito ao comportamento e ao cotidiano das pessoas, mas também em relação à paisagem urbana. As cidades rapidamente perderam suas formas apertadas e escuras, características das cidades medievais, para tornarem-se cidades modernas, com prédios amplos e oponentes, além de grandes praças, passeios e largas avenidas. As primeiras cidades a passarem por tal processo foram a Paris de Napoleão e Barcelona que rompeu as muralhas para a construção do seu *Example*.

Na modernidade, as cidades e seus personagens passaram a ser retratados através da literatura. Edgar Allan Poe, Charles Baudelaire, Victor Hugo e Machado de Assis são só alguns exemplos dos autores que não só ambientaram seus romances na cidade, mas que também fizeram dela personagem de suas histórias. Além desses temos exemplos de escritores como Johann Wolfgang Von Goethe que não só romanceou a cidade e os seus personagens, mas também descreveu como ninguém o espírito e mais ainda a angústia e o sofrimento do homem moderno.

A modernidade foi palco de muitas realidades, para alguns essa época foi magnífica, pois tinham acesso a tudo o que ela podia dar de melhor. Para outros, no entanto, a modernidade não poderia ter sido pior, pois foi nessa época que os trabalhadores foram expulsos de suas terras e passaram a fazer parte de um exército de trabalhadores, muitas vezes desempregados. Nesse período chegava-se a trabalhar 18 horas por dia, não havendo exceção nem para as mulheres e nem para as crianças.

Segundo Marx apud: LANNI (1980) a média de vida da classe trabalhadora em uma cidade industrial como Liverpool era de 15 anos. Foi somente depois de o Parlamento inglês perceber que as condições de vida do proletariado se assemelhavam as dos escravos na América e constatar que os problemas da classe operária também atingiam a burguesia industrial, é que foram feitas as primeiras leis em favor e benefício da classe trabalhadora na Inglaterra.

Tocados por essa realidade, Marx e Engels produziram várias obras que analisaram e criticaram o capitalismo. A modernidade não só é fruto, mas também essência do capitalismo. Muitas das obras de Marx e Engels mostram o lado obscuro e os personagens da modernidade que não conhecemos. E infelizmente essa face da modernidade afetou a sociedade de tal forma, que ainda hoje se pode sentir os seus efeitos. O mundo mudou, mas algumas realidades não mudaram tanto assim, ainda hoje vivemos em um mundo moderno

e capitalista. Para sobreviver, o capitalismo necessita revolucionar-se constantemente, essa é a visão definitiva do mundo moderno, um mundo em constante transformação.

No mundo capitalista a família também ganha força e importância, passando a ser vista como entidade, que muitas vezes significava *poder*, e sofre transformações significativas. É na família burguesa e na proletária que a modernidade fincou suas bases, uma como a mão-de-obra e consumidora dos produtos capitalistas, a outra como consumidora de tudo o que a modernidade poderia oferecer de bom.

Nesse período, apesar de ser uma cidade de dinâmica pouco expressiva, a Cidade da Parahyba também passou pelo processo da modernização. A modernidade pode ser sentida na capital paraibana através do crescimento de sua população e de uma maior preocupação com a urbanização por parte de seus governantes. No final do século XIX, as ruas da cidade vão passar por alterações tanto na forma com o alargamento, calçamento, recuo entre as novas habitações, limpeza e pintura das fachadas, como no seu uso. Aos poucos, a rua vai deixando de ser apenas passagem para a igreja, constituindo-se também em lugar de encontro e de desfiles. A maior circulação de dinheiro permitiu que a cidade passasse a ser equipada com equipamentos urbanos modernos como iluminação pública, é do final do século XIX que datam também a primeira agência do Banco do Brasil, o Teatro Santa Roza, o Liceu Paraibano e a Escola Normal. Um pouco mais tarde, já no século XX a cidade passa a ser saneada, Dona Dulce Cléa nos contou em entrevista que, sua mãe que nasceu em 1902, lhe contava que na época de sua infância não havia água encanada na Rua da República e que a água potável era levada até as casas em latas carregadas no lombo de animais. É também nesse período, que se implantam o sistema de bondes, além disso surgiram, mesmo que discretamente e em pequeno número, poucos hotéis, algumas novas casas de comércio especializadas, alguns poucos cafés e salas de cinema. Devido a realidade econômica brasileira, mas principalmente paraibana, a tentativa de transformar a Cidade da Parahyba em uma cidade moderna desenvolve-se muito mais no papel do que na prática. Essa realidade verificou-se na descontinuidade e na fragilidade dos novos serviços implantados. Mas assim mesmo, o cotidiano da cidade sofreu mudanças, pois a vida tornou-se mais agitada e atraente.

A Iluminação na Cidade da Parahyba

Já a iluminação pública foi outro melhoramento almejado e implantado a custo de muita dificuldade. Por todo o período colonial, até os anos 20 do século XIX, a cidade da Parahyba tinha como iluminação noturna a lua, quando esta não aparecia, tudo era trevas. Apenas as frentes das Igrejas, Conventos, Quartéis e o Palácio do Governo possuíam uma fraca iluminação artificial. O escuro também era quebrado esporadicamente por lanternas

carregadas por escravos que iam à frente dos senhores abastados da terra. Isto acontecia especialmente nas noites de festas religiosas. O escuro que dominava a capital paraibana, principalmente nas noites sem lua, representava para a população o medo, tanto dos mortos como dos vivos. Era nas noites escuras que as *almas penadas* apareciam e que os criminosos aproveitavam para cometerem atrocidades. Assim se expressa Aguiar a respeito da cidade da Parahyba antes de ser iluminada:

Sair-se de casa, no horário noturno era perigoso. Malfeitores espreitavam os transeuntes em becos, vielas e casas arruinadas. Por isso quando alguém tinha necessidade de fazer uma visita à igreja, acompanhava-se quase sempre de uma ou mais pessoas. Os endinheirados só saíam ao lado de escravos. A falta de iluminação era responsável, também,⁶ pelo medo que muitos sentiam, assim que os últimos raios do sol desapareciam no horizonte.

Portanto, a iluminação pública significava o fim do oportunismo dos desordeiros, o afastamento de seres do *outro mundo* e o progresso, pois nenhum outro incremento urbano simbolizava tanto a cidade moderna. No entanto, os governantes tinham à sua frente o sonho de ver a cidade iluminada e a pobreza da província, de acordo com os documentos oficiais. Evidentemente, é preciso lembrar que são documentos do governo e revelam, portanto, o seu discurso.

Apesar destas circunstâncias, a Junta Governativa instalou lampiões de azeite de mamona nas ruas Nova e Direita, da Cidade Alta, em 1822. Somente em 1829 este benefício estende-se para a Cidade Baixa. Segundo conta Aguiar estas datas marcam o início não de uma cidade iluminada e sim da oscilação entre o claro e o escuro que perdurou até o final do século XIX. Aguiar e Octávio contam que até os anos 50 do século XIX não houve melhoramento nem manutenção dos lampiões existentes, de modo que muitos destes chegaram nesta década quebrados. Os mesmos autores dizem que em 1854 foram instalados cem novos lampiões a óleo de carrapateira e que em 1856 não mais funcionavam. A iluminação a querosene apareceu somente em 1885. Muitos esforços foram feitos neste período, todavia, a conjuntura sócio-econômica, ainda insuficiente para um melhoramento tão oneroso para a época, desfazia os planos por parte dos governantes. Nos anos 60 houve o interesse em iluminar a cidade a gás líquido, porém, a insuficiência orçamentária reprimiu este desejo e a cidade iniciou o século XX com a mencionada iluminação a querosene. (AGUIAR e OCTÁVIO, 1985). Uma miscellanea publicada no jornal *Dirário da Parahyba* de 1884 expressa a insatisfação com a iluminação da cidade e o temor à criminalidade: "*Faz medo transitar nesta Cidade tarde da noite, pois alem da escuridão em que está ella immersa, encontra-se certos grupos de conducta suspeita, e que não estão*

⁶ (AGUIAR, 2002).

*(talvez) com boas intenções.”*⁷

Alguns documentos encontrados no AHEPB são demonstrativos no que diz respeito às dificuldades em meio às urgências de se implantar este benefício que tanto representava o novo:

*Diz Antônio da Costa Ribeiro, arrematante da iluminação pública desta capital, que tendo se dirigido ao tesouro para receber na forma de seu contrato a importância do custeio da mesma iluminação vencido em Outubro deixado de ser efetuado o pagamento pela razão de não haver mais crédito. Nas circunstâncias atuais qualquer demora da parte do tesouro no cumprimento do contrato motiva grandes embaraços ao suplicante por isto vem ele pedir a V. Excia que se digne de providenciar, como julgar conveniente a fim de que desapareça obstáculo do pagamento.*⁸

Portanto, o Governo argumenta que é a pobreza dos cofres provinciais o entrave para a iluminação da cidade. Desta forma, o século XIX marcou o período inicial da iluminação. Até o início do século XX, muitas propostas para iluminação pública da cidade foram apresentadas aos governantes da capital paraibana. No entanto, foi assinado, somente em 1910, o contrato com a Empresa Tracção Luz e Força da Parahyba do Norte, de propriedade dos engenheiros paulistas Thiago Vieira Monteiro, Júlio Bandeira Vilela e Alberto San Juan, que se comprometiam a fornecer os serviços de iluminação e viação urbana através do sistema elétrico.

Com a assinatura do contrato que envolvia o Governo do estado, a Prefeitura da Capital e a iniciativa privada, começaram a chegar à Cidade da Parahyba os primeiros postes para iluminação das vias públicas e, alguns meses mais tarde, os demais equipamentos, como fios, motores e geradores. Em 14 de março de 1912, o antigo sonho dos paraibanos de verem sua capital iluminada, se tornou realidade.

No entanto, foi somente em 1914 que instalou-se o serviço de bonde elétrico, após o Governo concordar em subsidiá-lo, já que o fornecimento de energia elétrica a particulares não estavam dando o lucro esperado, atrasando assim a implantação do serviço viário.

Tal acontecimento nos revela que a realidade financeira dos moradores da capital paraibana não condizia com o sonho de vê-la moderna. Devido a essa realidade sócio-econômica, a Empresa Tracção Luz e Força nunca modernizou seu maquinário e tão pouco ampliou seus serviços, operando com uma tecnologia obsoleta, que com o passar dos anos não atendia mais a demanda da crescente cidade, o que provocou contínuos transtornos aos seus moradores.

⁷ (Miscellanea, Diário da Parahyba, 6 de fevereiro de 1884).

⁸ (Documento não especificado do Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, 1860).

A Cidade e a Água

Nos primeiros anos da sua fundação, que se deu em 1585, a população da cidade era servida por fontes naturais, como as Bicas do Tambiá, dos Milagres, de Santo Antônio, da Jaqueira, de Maria Feia, bem como, alguns chafarizes. Porém, a coleta de água por parte da maioria dos habitantes se dava principalmente nas águas da **Bica do Tambiá**, localizada em bairro do mesmo nome a partir de suas vertentes. Apenas em 1782, é que a Provedoria da Fazenda autoriza a edificação de sua fonte, construção esta que se deu tanto através de verbas públicas, como também de cotas fornecidas pelos moradores mais abastados, nesta fonte a água escoaria por três torneiras que abasteceria a população da cidade quase que por completo.

Em primeiro de janeiro de 1839 a Comissão de Obras Públicas e Fazenda pede que sejam adquiridas as matas que circundam a Fonte de Tambiá, a fim de serem conservadas:

São de parecer, que sendo, como é reconhecida a vantagem, que terá a capital da conservação das sobreditas matas, que ainda virgens, e bastante crescidas, e copadas, concorrem grandemente para o curso perene das águas, expostas ao calor e ardor do sol, um reconhecido dano dos habitantes da cidade que são providos, quase no seu todo pelas referidas águas [...] Sala das Comissões.⁹

Registros nos indicam que até 1880, aos domingos, os homens e mulheres tinham o costume de banhar-se nas suas águas totalmente despidos, tanto na Fonte do Tambiá, como também na do Gravatá, na Cacimba do Povo, na Fonte dos Milagres, na de Maria Feia o que só deixou de ser feito por meio de proibição. “*O hábito deixou de ser praticado por força da Lei, passando o poder público a multar os infratores, com dois mil reis os que se banhassem, despidos, de 6 às 19 horas. Se reincidente, com o dobro do estipulado.*”¹⁰

Algumas outras fontes já existiam na cidade, como é o exemplo da **Fonte de Santo Antônio**, localizada no sítio anexo ao convento de São Francisco e datada do início do século XVII, porém a população em geral não utilizava suas águas, por ser uma fonte particular, que abastecia apenas os religiosos do convento, salvo em anos de seca, em que eram instalados em terreno dos próprios religiosos, hospitais de emergência, e aberto ao público o uso das águas da fonte.

Esta, ainda hoje, encontra-se em ótimo estado, no terreno do convento, suas laterais possuem duas pilastras que fazem o muro de apoio, dando-nos a impressão de ter sido construído um altar em torno da fonte, “*subdividida em dois corpos, um superior, onde tem o*

⁹ (Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, 1836).

¹⁰ (Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, 1880).

nicho, e um inferior, com golfinho esculpido em pedra, de cuja boca escorre a água acumulada em um tanque sem adorno artístico.”¹¹

Outro meio utilizado pela população da cidade para a coleta de água antes da realização dos serviços de abastecimento foi o chamado *caminho das pedreiras*, em que se tomava banho, aos domingos, a dez réis. “*Esse caminho que se vê na planta mandada levantar pela direção do Mosteiro de São Bento, em 1692, servia para delimitar o então patrimônio daquela instituição, bem assim as vertentes d’água da cidade [...]*”¹² Esse caminho das pedreiras, que acreditamos ser o mesmo conhecido como Rua das Fontes, era usado pelas famílias residentes na Cidade Baixa e que não possuíam escravos para captar a água nas fontes, localizadas na Cidade Alta, já que as únicas fontes existentes nesta parte da cidade eram a Bica do Gravatá e a dos Milagres, que não eram suficientes para abastecer toda a população alí residente.

Não podemos também deixar de falar na **Fonte do Gravatá**, esta “*ficava no centro de uma praça em frente ao Quartel de Polícia*”¹³, foi construída em 1781 com contribuição do povo e sob administração da Câmara Municipal. Em 1863 o presidente da Província Francisco de Araújo Lima, ordena que seja restaurada pelo Engenheiro Retumba, porém não havendo dinheiro no *Thesouro Provincial* para realizar a obra, a fonte acabou por desaparecer. Ainda não sabemos ao certo a data de seu soterramento, porém acredita-se que tenha sido um ano depois do pedido feito pelo presidente da Província, já sob a administração de Felizardo Toscano de Brito.

Já a **Bica dos Milagres** que abasteceu a população a partir de meados do ano de 1849, já extinta, situava-se “*no beco fronteiro entre o Colégio das Neves, próximo à confluência da Ladeira de São Francisco*”¹⁴, embora estivesse assentada em terreno que pertencia ao padre franciscano Pe. João Vaz Salém, o primeiro vigário na Freguesia de Nossa Senhora das Neves, esta fonte foi de uso público.

Portanto, tínhamos a seguinte divisão para as fontes públicas:

- Cidade Alta: Bica do Tambiá e Cacimba do Povo
- Cidade Baixa: Bica do Gravatá e Bica dos Milagres

A primeira notícia de abastecimento de água que se tem, data de 1855, quando o Presidente Francisco Paes Barreto, ao observar a crise que passa a população em busca de água, propõe algumas mudanças:

Observando a falta d’água que sofrem os habitantes desta capital e a dificuldade com que obteem a da fonte do Tambiá, que, segundo me informam, já não é tão boa como a alguns

¹¹ (BURITY, 1945).

¹² (RODRIGUES, 1981).

¹³ (ALMEIDA, 1978).

¹⁴ (CAVALCANTI, 1972).

anos passados, procurei examinar se era possível, sem grandes dispêndios, trazer para aqui, por meio de encanamento, água de alguns dos rios que existem nas proximidades desta cidade.

Creio que o rio denominado Marés, de excelente água e que fica talvez a uma légua de distância, presta-se a ser encanado com avultadas despesas.

Todavia, essas mesmas são superiores às forças da província, de modo que, somente por meio de alguma companhia particular, a que se concedesse um privilegio e alguma outra vantagem, como uma subvenção em garantia de um certo prêmio de seu capital, poder-se-ia obter esse grande benefício em favor dos habitantes da capital da Parahyba.¹⁵

Apesar de o Rio Marés ter sido aceito e indicado para a canalização das águas, este serviço não foi realizado. Sua primeira solicitação foi feita, como descrito acima, em 1855, porém só em 1894 é que existem registros da execução do primeiro serviço de encanamento de água, embora restrito, onde, na Rua Borges da Fonseca, a atual Pedro II foi perfurado um poço e colocado uma bomba e caixa d'água com o objetivo tanto de abastecer o Palácio do Governo, como também regar o Jardim Público.

Outras formas de abastecimento de água foram utilizadas, porém em menores proporções como a do *Tanque*, situado na rua de mesmo nome, na antiga ladeira do convento Santo Antônio, em 1808; a *Bica de Maria Feia* que estava localizada próxima ao sítio Cruz do Peixe e demonstrada pela escritura de compra feita em 1865 pelo Thesouro Provincial. Sua construção tinha por finalidade a instalação do Colégio de Educandos; ainda há registros que citam a *Cacimba do Jaqueira*, pertencente ao sítio do mesmo nome, que abastecia o Convento de São Bento e, ainda, a *Bica do Mandacaru*, porém até o presente momento da construção deste relato, não havíamos encontrado a partir das leituras de historiadores locais, nem das pesquisas realizadas nos arquivos, mais informações que fomentassem a descrição de tais fontes e qual a importância das mesmas para o abastecimento de água da população.

Os documentos que tivemos acesso até então são confusos e não deixam bem nítido o que realmente foi feito a fim de se trazer melhorias ao abastecimento de água na cidade, muitos são os projetos, mas poucos nos dão a certeza de sua efetiva realização.

Várias são as notícias advindas no ano de 1869, como as "*propostas para a Iluminação à Gaz e Canalização d'agoa potável desta cidade*" em que já em seu artigo primeiro, o Governo deve ceder a água da fonte de Tambiá, e terreno próximo para que sejam colocadas as máquinas e residência do Engenheiro William Richards, gerente da Companhia de Gás em Pernambuco e responsável pela carta proposta.

Ainda em 1869, o Presidente da Província decretou e aprovou o contrato celebrado com o engenheiro Antonio Gonsalves da Justa Araújo, sobre a "*iluminação à gaz corrente e fornecimento d'água potável por canalização e chafarizes, tudo nesta cidade...*"¹⁶, que trata

¹⁵ (PINTO, 1916).

¹⁶ (Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, 1869).

mais especificamente das propostas de iluminação da cidade, apenas alguns artigos estão diretamente ligados á esse serviço, tais como:

O fornecimento d'água ás repartições e estabelecimentos províncias será feito gratuitamente ate uma certa quantidade que for determinada (...) além de seis torneiras que serão collocadas nos lugares mais convenientes de accordo com o Presidente da Província, ficando os mesmos emprezarios obrigados à estabelecer nas fontes ou onmde julgarem mais conveniente, banhos públicos gratuitos, e outros com mais asseio e comodidades pelas quaes, perceberão uma retribuição razoável.¹⁷

Com o advento do movimento higienista, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX todas as cidades brasileiras procuram cumprir as exigências da higiene moderna, sob a pressão da opinião pública. Busca adequar-se aos padrões de beleza através da implantação dos equipamentos urbanos modernos, e da difusão do progresso.

Em São Paulo, por exemplo, essa condição é buscada através da criação, em 1918 do Instituto de Higiene, que tem entre outras, a finalidade de ordenar a vida pública e sanear a cidade, através da educação como política sanitária. Para isso, investe-se na formação de agentes da saúde pública que acreditavam na eficácia de um trabalho de persuasão destinado a disseminar uma *"cultura de higiene nos meios populares."*¹⁸

Esses profissionais da higiene tinham o intuito de transformar a cidade num espaço moderno, fazendo que a mesma deixasse de lado o ar provinciano. Baseavam-se na Fundação Rockefeller, ou seja, a Junta Internacional de Saúde Norte- Americana, caracterizada pelos investimentos na área de saúde e ação contra a miséria e insalubridade, em outras palavras, os ideais de reforma sanitária.

Esta nova cidade surge com ruas, alargadas e calçadas alinhadas, com a implantação da iluminação, alinhamento das ruas tortuosas, demolição de casas baixas, deixando pra trás a sujeira, a escuridão, a falta de circulação de ar, e abrindo novas vias de comunicação, prédios pomposos e elegantes.

Para que todas as medidas fossem tomadas, os homens da ciência, como são conhecidos os médicos higiênico-sanitaristas articulavam a população através de códigos de posturas e leis. Um conjunto de prescrições em relação às ruas, cemitérios, matadouros públicos, abastecimento de água, fábricas, hospitais, mercados públicos. Normas estas, que buscavam controlar e organizar o destino da cidade, a fim de produzir-se um espaço higienizado, insalubre e moderno.

¹⁷ (Arquivo Histórico do Estado Paraíba, 1869).

¹⁸ (ROCHA, 2003).

Toda essa preocupação pode ser afirmada com a criação, entre 1891 e 1892, ainda em São Paulo, do Serviço Sanitário, órgão este subordinado à Secretaria do Interior, e em 1894 o Código Sanitário, procurando

disciplinar os usos do espaço urbano e coibir os abusos, as intervenções propostas são enunciadas em forma de minuciosas prescrições, que recobrem os mais recônditos aspectos do cotidiano da cidade, dando especial destaque à questão de habitação¹⁹

Porém, a Cidade da Parahyba, mesmo até a primeira década do século XX, não poderia ser considerada uma cidade moderna, nem tão pouco, salubre, pois seu abastecimento de água ainda não havia sido efetuado, (como tentamos demonstrar em capítulo anterior) e em consequência disso, a água que abastecia à população não possuía tratamento prévio.

É nesse contexto que busca realizar-se o primeiro serviço de Abastecimento de Água da Cidade da Parahyba, que foi inaugurado em 1912, e realizado através da captação de água do lençol freático do Rio Jaguaribe, na área denominada *Buraquinho*, com a construção de uma estação elevatória e bombas a vapor, além de uma rede distribuidora, com cerca de 16 km de extensão, pela *Directoria de Obras Públicas*.

Em 1924, o engenheiro Saturnino de Brito é contratado pela Província a fim de projetar a reforma e ampliação do sistema, entre os anos de 1924 e 1926, construindo dois novos reservatórios, com capacidade para 1000 m³ cada um, com isso há uma expansão na rede de distribuição de água que passa a ser de 43 km de extensão.

Então, são construídos na Cidade Baixa, junto à Praça Venâncio Neiva novos reservatórios para o abastecimento d'água da população, e ainda à Avenida João Machado, nas Trincheiras, passa a ser localizado o escritório da central de *Comissão de Saneamento*.

O sistema de captação de água do Buraquinho continua ativo até os dias de hoje, representado pela aluvião das margens do Rio Jaguaribe, que sofre recarga direta através de uma barragem no rio, e do outro lado, por captação de água subterrânea. Possui cerca de 471 ha e distancia-se do centro da cidade aproximadamente 4 Km.

A mata é cortada, no sentido Sudoeste- Nordeste, pelo Rio Jaguaribe que é represado, formando o manancial do Buraquinho. Em 1856, a Mata de Buraquinho, denominada de Sítio Jaguaricumbe, aparece pela primeira vez no Registro de Terras Possuídas, “*com limites pelo poente até o Palácio da Redenção, chegando até os arredores da lagoa, Parque Solon de Lucena.*”²⁰ Porém, sua área foi reduzida por conta tanto de vendas, como desapropriação, até que em 1907 as terras que hoje compõem a chamada: Mata do Buraquinho foram adquiridas pelo Estado para que fosse dado início aos estudos de canalização feitos pela Companhia Water Company. Esta companhia já era dona do Sítio

¹⁹ (ROCHA, 2003).

²⁰ (Arquivo Cagepa, 1985).

Jaguaribe de Baixo, vizinho ao Jaguaricumbe, então, em 1909 é construído o primeiro poço que dá início à construção do Serviço de Abastecimento de Água da Cidade da Parahyba. Essa captação é feita através de uma bateria de 33 poços, dos quais apenas 29 estão funcionando por falta de manutenção. Estes poços funcionam interligados através de um sistema de sifões, e suas águas se dirigem ao poço de sucção da estação elevatória, com vazão estimada situada entre 50 a 90 l/s, contribuindo ainda com 6% do volume total de água que é fornecido à cidade.

No início do século XX, por conta do considerável crescimento da população da cidade, as cacimbas que abasteciam até então a cidade, já não satisfaziam o consumo, e foi por isso que, se planejou esse primeiro serviço de abastecimento de água tão esperado pela população. Com a intenção de favorecer o crescimento da urbe, em 1907, foi elaborado por Miguel Raposo, o primeiro serviço de abastecimento de água da cidade, que teve início em 17 de junho de 1909 com a escavação de quatro poços rasos. A seguir, foram executadas as adutoras, estação elevatória, e bombas de eixo horizontal e implantadas a rede de distribuição e ligações prediais, casas de caldeiras e de máquinas. Inaugurado em 21 de abril de 1912, atendendo uma população de 21.000 habitantes, as cadeiras deste sistema eram alimentadas pela madeira oriunda da própria mata.

Sua primeira ampliação ocorreu em 1923, também através do Engenheiro Saturnino de Brito, executada até 1926, com ampliação da vazão, que passa de 22 à 49 l/s. Além disso, recomendou-se no projeto a construção dos reservatórios situados atualmente na Av. Diogo Velho e Praça Venâncio Neiva, e implantação de mais 13 chafarizes, dando condições para que fosse atendida uma população de 50 mil habitantes.

Apenas em 1927, é que se efetiva o Saneamento da cidade através das instalações domiciliárias da água e esgoto pelo então Presidente do Estado da Parahyba, João Suassuna.

Para reforçar a oferta de água e suprir mais uma vez a necessidade da crescente população da capital pataibana, foi adquirido por parte do Governo a Propriedade Paredes, localizada à margem direita do rio, e anexada à área total, com o intuito de ser construída uma barragem interligando as duas margens do Rio Jaguaribe, em 1939.

Atualmente, na cidade de João Pessoa encontramos o sistema Mumbaba-Marés, que é responsável pela maior parte do abastecimento da população, com uma vazão de cerca de 720 l/s.

Mesmo durante a implementação do serviço de abastecimento, a cidade possuía treze chafarizes públicos instalados na Cidade Alta, onde concentrava-se a maioria da população de maior poder aquisitivo, os mais pobres ainda não possuíam acesso à “modernidade”. Estes chafarizes encontravam-se distribuídos nos seguintes pontos: Rua da Independência, Rua do Cajueiro, Largo das Mercês, Largo do Mercado, Largo da Mãe dos Homens, Praça

de São Francisco, Largo do Tesouro, Largo do Poçinho, Largo da Cadeia e Praça Gama e Mello (CHAGAS, 2004), afirma ainda que:

A questão da insalubridade ou da água servida, aos paraibanos, apesar de ter alcançado as páginas dos jornais, se limitou aos grupos sociais detentores do poder econômico e de decisão político social. Assim, as discussões se restringiam aos médicos, engenheiros e políticos, e se constituiu num processo fechado e fundamentado no conhecimento médico-científico. Por isso, excluiu os demais segmentos da sociedade, a exemplo dos trabalhadores e moradores dos bairros periféricos que se abasteciam diretamente no Rio Jaguaribe.²¹

Quanto à salubridade e à limpeza urbana, o engenheiro Victor Kromenacker diz em seu relatório redigido em 1910:

As águas servidas. As águas pluviais derramam-se, onde podem, na superfície do solo, no pé das casas e acabam infiltrando-se, para infeccionar completamente o solo. As matérias fecais são depositadas em covas fixas, nos quintais das casas, cujo estancamento é impossível, ou em escoadouros ou mesmo em cacimbas abandonadas!!! Nessas condições o envenenamento methodico e continuo do lençol aquífero subterrâneo tão próximo, e das casas cujos alicerces entram-se, constitue um perigo permanente à saúde de seus habitantes (...) O lixo enfim, está carregado em carroças meias fechadas, levando consigo e semeando por toda parte de seu percurso todos os germens morbidos da cidade, está depositado em certos terrenos para aterral-os, e estes por sua vez, vão contaminar por assim dizer, automaticamente, a população dos arredores...²²

A Cidade da Parahyba, ao contrário de outras cidades brasileiras busca modernizar-se não em favor da industrialização, ou mesmo de um considerável crescimento da população. Esta busca, se dá sobretudo em função do ideal de modernidade, e o desejo em ser vista e considerada como urbe moderna.

Diante desse desejo que advêm dos ideais do movimento higienista difundidos principalmente a partir das primeiras décadas do século XX, em que o discurso dos médicos sanitaristas, passa a ter enorme relevância, quando se trata do planejamento urbano.

A partir deste discurso de salubridade e *higienização dos costumes* é que as cidades brasileiras vão buscar seu desenvolvimento e modernização. O que fez com que as obras públicas neste período passassem a ter maior destaque, surgindo desta forma, a implantação dos serviços de abastecimento de água e iluminação pública na Cidade da Parahyba, além da crescente preocupação com a salubridade das ruas e espaços públicos.

Bibliografia

AGUIAR, Wellington. *Cidade de João Pessoa: A memória do tempo*. João Pessoa, Idéia, 2002.

_____. *A velha Paraíba nas páginas dos jornais*. João Pessoa, A União, 1999.

ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. João Pessoa, Editora Universitária, 1978.

²¹ (CHAGAS, 2004)

²² (Arquivo Nacional, 1910)

- BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire: *Um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- BURITY, Glauce Navarro. *A presença dos franciscanos na Paraíba através do convento de Santo Antônio*. Dissertação do curso de mestrado em História UFPE, 1945.
- CAVALCANTI, Archimedes. *A Cidade da Parahyba na época da independência*. João Pessoa, Imprensa, 1972.
- CHAGAS, Valdecí Ferreira. *A singularidade moderna na Cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930*. Tese apresentada para doutoramento em história na UFPE. Recife, 2004.
- FREIRE, Carmem Coelho de Miranda. *História da Paraíba: do Império à República*. João Pessoa, 1974. RODRIGUEZ, Janete Lins e DROULERS, Martine. *Crescimento de uma Capital*, João Pessoa, 1981.
- INÁCIO, Joaquim. *Notícias de uma viagem à Parahyba, em 1924*. Coleção Mossoroense. 2ª Edição. 1987.
- MELLO, José Otávio de Arruda. *Os coretos no cotidiano de uma cidade: lazer e classes sociais na capital da Paraíba*. João Pessoa, Fundação Cultural do Estado da Paraíba, 1990.
- NASCIMENTO, Mara Regina do & TORRESINI, Elisabeth (Orgs.). *Modernidade e Urbanização no Brasil*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998.
- OCTÁVIO, José e AGUIAR, Wellington. *Uma cidade de quatro séculos*. Campina Grande, Grafset, 1985.
- ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Higiene de São Paulo (1918-1925)*. Mercado das letras. São Paulo: Fapesp, 2003.
- RODRIGUES, Walfredo. *Roteiro sentimental de uma cidade*. São Paulo, Brasiliense, 1962.
- SILVA FILHO, Luiz Pequeno da. *O abastecimento d'água na Cidade de João Pessoa*. Monografia apresentada no Curso de Geografia da UFPB, 2002.
- SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *As Ruas e as Cidades*. Cadernos de História. Belo Horizonte: PUC Minas / DH; outubro, 1997.